

O que são Bancos Comunitários de Desenvolvimento*

Pela definição do Banco Palmas (2020), “banco comunitário de desenvolvimento é um serviço financeiro, solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para reorganização das economias locais, na perspectiva da geração de trabalho e renda e da economia solidária.” O objetivo do banco comunitário não é o acúmulo de capital e lucro por parte de acionistas proprietários, mas o desenvolvimento da comunidade onde o banco se encontra. Como o próprio nome sugere, o banco pertence à comunidade, que deve participar de sua criação, implementação e gestão. Para tanto deve se iniciar a criação de um Banco Comunitário (BC) em um território popular com uma organização comunitária em condições de administrar o empreendimento; uma sala com acesso à internet e no mínimo dois funcionários; e recursos financeiros para o lastro inicial da moeda social e para o crédito produtivo.

No Brasil, o primeiro banco comunitário de desenvolvimento foi o Banco Palmas (BP), fundado em 20 de janeiro de 1998 pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) no Conjunto Palmeiras, bairro da periferia de Fortaleza, no Ceará. Tendo como missão: “implantar programas e projetos de trabalho e geração de renda, utilizando sistemas econômicos solidários, na perspectiva de superação da pobreza urbana.” O Banco Palmas é hoje uma instituição reconhecida, referência para o modelo de bancos comunitários no país e estimulador de diversos projetos da economia solidária, sendo um dos principais colaboradores da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Segundo Joaquim Melo idealizador do Banco Palmas em entrevista ao jornal O Povo online (2020), “... nos últimos dez anos, foram gerados mais de 3 mil postos de trabalhos formais e informais pela instituição, além de beneficiar mais de 2.500 pequenos negócios com a linha de crédito.”

Apesar de existirem os chamados *community banks*, experiências de bancos comunitários fora do Brasil, que atuam principalmente na concessão de microcrédito, o Banco Palmas não teve sua criação embasada em nenhum modelo internacional, nem mesmo o Grameen Bank de Muhammad Yunus. A experiência pioneira se desenvolveu no formato e metodologia criada pelos próprios moradores, que servem como referência para outras comunidades, ou seja, o Banco Palmas é o modelo brasileiro de banco comunitário, uma ideia endógena, criada por populares com escolaridade média ensino fundamental, base literária da teologia da libertação (que prioriza a comunidade como portadora de solução) e as referências sobre cooperativismo do professor Paul Singer.

Assim, o Banco Palmas criou o Instituto Palmas, que procura estimular experiências e implantar a metodologia em outras comunidades e municípios de todo o país. Os principais aspectos da metodologia são: a propriedade e o controle do banco comunitário pela comunidade, uso de moeda social, oferta de crédito para consumo e para produção com juros baixos em torno de 1% a 3% ou até mesmo zero, apoio a empreendimentos de economia solidária locais, filiação à Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Esse escopo utilizado pelo Instituto Palmas também considera as peculiaridades de cada local que é implantado um BC.

A criação do banco consiste, basicamente em quatro fases: sensibilização da comunidade, capacitação local, implantação do banco e consolidação. São realizados seminários de sensibilização e o funcionamento ocorre três meses depois. Geralmente, o banco é consolidado a partir de seis meses ou mais de atividades. Para isso deve ser

cultivado aos moradores a cultura da solidariedade e a valorização dos bens e serviços locais. E disponibilizar créditos com juros muito baixos (subsidiados) para atender a população de baixa renda, profissionalizar e/ou capacitar a equipe técnica na gestão e ter uma boa articulação institucional com os setores governamentais e a sociedade civil.

Um das características importante neste modelo de serviço financeiro destinado ao desenvolvimento local é a moeda social (moeda própria), de paridade com o real (valor equivalente) com nome e personagens escolhidos e referenciados na própria comunidade. A moeda social estimula o consumo no comércio local, já que só é aceita na própria comunidade, além de possibilitar o aumento do poder de compra, pois é sugerido aos comerciantes que ofereçam descontos aos usuários da moeda. A circulação também fomenta o crescimento do comércio local, pois o consumo aumenta permitindo a expansão dos empreendimentos e a permanência da riqueza na própria comunidade. Teoricamente, se todos os moradores de um território popular fizessem suas compras no próprio bairro, não haveria necessidade de existir uma moeda social, porque a função da moeda é exatamente essa estimular a base monetária dentro do território, o que consequentemente cria poupança interna.

As linhas de microcrédito dos bancos comunitários também são relevantes, pois propiciam aos microempreendedores oportunidades de financiamentos, aos quais não teriam acesso devido à tradicional burocracia para a obtenção de crédito, nível de renda, garantias, dentre outros parâmetros utilizados nas análises dos créditos bancários. E os empréstimos para consumo geralmente são ofertados em moeda social, o que garante o consumo local. Vale destacar que os bancos comunitários também podem ser correspondentes bancários da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, o que possibilita a realização de pagamentos, abertura de conta, dentre outros serviços bancários no território o qual o banco está localizado. Segundo Joaquim Melo em entrevista ao jornal O Povo online (2020).

... para reparar danos da pandemia do coronavírus, o Banco Palmas trabalha com a proposta junto ao Governo do Estado do Ceará para criação de linha de crédito à Microempreendedores Individuais (MEI) e trabalhadores da economia popular que perderam seu capital de giro durante a crise, com juros baixos e carência de seis meses para pagamentos. A iniciativa visa fortalecer a economia dos bairros de Fortaleza – CE e gerar 100 mil empregos na cidade no período pós pandemia no ano de 2021. (O POVO ON LINE, 2020.).

E por fim, a gestão do banco comunitário é realizada de maneira coletiva, através de uma Associação (organização social) que administra o banco, com equipe formada pelos moradores do território o que de certa forma estabelece um comprometimento desses com a instituição e facilita a articulação com a própria comunidade, pois conhecem a história, cultura já que vivem no local. As ferramentas utilizadas para o processo de gestão são planilhas, formulários, fichas e controles que facilitem a administração. Esse ferramental preza pela simplicidade nas operações, pois permite a gestão sem complexidades, uma vez que a maior parte dos moradores dos territórios populares possuem baixa escolaridade. Além disso, é preciso fazer um curso de formação com a filosofia do banco comunitário e em economia solidária, para o banco de fato ser um instrumento que dinamize o desenvolvimento local, na perspectiva da geração de trabalho e renda e da economia popular e solidária.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org>> Acesso em: ago. 2020.

O POVO ON LINE. Disponível em: < <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2020/09/03/banco-palmas-chega-a-marca-de-15-mil-pessoas-atendidas-na-pandemia-e-preve-formas-de-enfrentar-o-pos-covid-19.html>> Acesso em: set. 2020.

SINGER, P. I. **Introdução à economia solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

*** Anderson Carlos Nogueira Oriente é Economista, com Mestrado e Doutorado em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. Professor de Economia e Economia Solidária do Instituto Federal do Rio de Janeiro Campus São João de Meriti.**

Os artigos de economistas divulgados pelo CoreconPR são da inteira responsabilidade dos seus autores, não significando que o Conselho esteja de acordo com as opiniões expostas. É reservado ao CoreconPR o direito de recusar textos que considere inadequados.